

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ____VARA DE FAMÍLIA DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX-XX.**

**FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL,
PROFISSÃO**, portador do RG nº XXXXXXXX SSP/XX e CPF nº XXXXXXXXXX,
residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXX,
telefone: XXXXXXXX, vem, por intermédio da Defensoria Pública do
Distrito Federal, propor a presente

AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL PÓS MORTEM

em face dos herdeiros de **FULANO DE TAL**, a saber: **FULANO DE
TAL**, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP:
XXXXXXXXXX, **FULANO DE TAL**, residente e domiciliado na
XXXXXXXXXXXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito que a seguir expõe.

I - DOS FATOS

O requerente conheceu **FULANO DE TAL** no início do ano

de XXXX, em XXXXXXXX. De imediato, FULANO DE TAL passou a morar na casa do autor, com objetivo de cuidar de sua filha FULANO DE TAL. Pouco tempo depois, passaram a se relacionar, vivendo juntos como se casados fossem e com objetivo de constituir família.

Com efeito, da união resultaram XX filhos: FULANO DE TAL e FULANO DE TAL. A relação perdurou até a data do óbito, ocorrido em de MÊS de ANO.

Assim, durante o período que viveram em regime de união estável, o casal atendeu aos requisitos previstos no artigo 1.723 do diploma civil, quais sejam, a convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Os documentos acostados a esta exordial e rol de testemunhas demonstram a existência real da união, continuidade e a publicidade existente entre os companheiros.

Dessa forma, há que ser reconhecida a existência e a dissolução da união estável ora mencionada.

II - DO DIREITO

A união estável está garantida pela Constituição:

“Art. 226: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

(...)

§3º: Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão

em casamento.”

De acordo com o artigo 1723, do Código Civil, *in verbis*:

“É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”

No caso em comento, podemos ver claramente que a intenção do requerente e da falecida era a de constituir família, visto que tiveram XXX filhos formalmente reconhecidos daquela relação. Coabitavam sob o mesmo teto, publicamente apareciam como casados, prova fática incontestada da convivência. A imagem passada por ambos para a comunidade em que viviam era a de casados, sendo pública e notória a união.

Portanto, a pretensão do Requerente resta plenamente justificada, merecendo, por isso, ser devidamente acolhida, eis que, presentes os pressupostos que evidenciam não só a relação *more uxorio*, como a de caráter social e familiar e, também, por possuir interesse jurídico na declaração e dissolução da união estável, pois pretende habilitar-se ao recebimento do seguro DPVAT, tendo em vista o óbito de FULANO DE TAL ter decorrido de acidente de trânsito.

III - DOS BENS

Os companheiros não adquiriram patrimônio partilhável, sendo que o autor apenas possui interesse no recebimento do seguro DPVAT.

IV - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

- a) O benefício da justiça gratuita por ser economicamente hipossuficiente (art. 4º, Lei 1.060/50);
 - b) A intimação do membro do Ministério Público;
 - c) A citação dos requeridos para, querendo, apresentarem resposta, sob pena de se sujeitarem aos efeitos da revelia;
 - d) A procedência do pedido, para que seja reconhecida a união estável entre o requerente e a *de cujus*, no período compreendido entre o ano de XXXX até a data do óbito ocorrido em XX/XX/XXXX.
 - e) Sejam os requeridos condenados ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do CEAJUR/DF - PROJUR (art.1º, da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04/12/2007), a serem recolhidos junto ao Banco XXXX, através de DAR (Documento de Arrecadação) com o código
-

XXX - Honorários de Advogados.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, em especial pela oitiva das testemunhas abaixo arroladas.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXX reais).

XXXXXXXX, XX de XXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

FULANO DE TAL
MATR. XXXXXX

ROL DE TESTEMUNHAS

FULANO DE TAL, endereço: XXXXXXXXXXXXX, telefone: (XX)XXXXXX;
profissão: XXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXX.

FULANO DE TAL endereço: XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXX, tel.:
(XX)XXXXXX, profissão: XXXXXXX.

FULANO DE TAL, endereço: XXXXXXXXXXXXX, tel.:
(XX)XXXXXX/(XX)XXXXXX, CEP: XXXXXXX, profissão: XXXXXXX.